



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXIX — Nº 093

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 22 DE AGOSTO DE 1984

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 217ª SESSÃO CONJUNTA, EM 21 DE AGOSTO DE 1984

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO JOSÉ CARLOS TEIXEIRA — 20º aniversário do Banco Nacional da Habitação. 41º Encontro Nacional da Indústria da Construção Civil, realizado em Aracaju (SE). Encontro Nacional das Associações dos Mutuários do Sistema Financeiro da Habitação, realizado recentemente em Brasília.

DEPUTADO ASSIS CANUTO — Atraso que vem ocorrendo no pagamento dos salários dos professores do Estado de Rondônia.

DEPUTADO DEL BOSCO AMARAL — Declarações atribuídas ao Senhor Presidente da República, garantindo o apoio do Governo Federal ao candidato do PDS à sucessão presidencial.

DEPUTADO JACQUES D'ORNELLAS — Carta-denúncia do Dr. Luiz Victor de Fortuna Carneiro, Diretor do Hospital Municipal Lourenço Jorge, sobre plano da Secretaria Municipal de Saúde para construção do Hospital da Barra da Tijuca (RJ).

DEPUTADO EDUARDO MATARAZZO SUPPLY — Defesa da inclusão em Ordem do Dia da

Emenda Theodoro Mendes, que restabelece eleições diretas para Presidente da República.

DEPUTADO JOSÉ FOGAÇA — Discordância de S. Exª de documento elaborado pela SEPLAN, referente à liberação das importações.

DEPUTADO ADAIL VETTORAZZO — Considerações sobre a festa de despedida do Sr. Tancredo Neves do Governo de Minas Gerais.

DEPUTADA IRMA PASSONI, como Líder do PT — Observações sobre declarações atribuídas ao Presidente João Figueiredo, assegurando o apoio do Estado à candidatura do Sr. Paulo Maluf.

DEPUTADO HÉLIO DUQUE, como Líder do PMDB — Apreciação das declarações do Deputado Augusto Franco, Presidente do PDS, atinentes ao engajamento do Governo federal na campanha do candidato Paulo Maluf.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

Inclusão em Ordem do Dia, em regime de urgência, de matérias que especifica.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 34/84-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 2.104, de 4-1-84, que reajusta os valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Offícios Judiciais da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Discussão encerrada, ficando sua **votação adiada**, em virtude

de da falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Projeto de Decreto Legislativo nº 35/84-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 2.105, de 24-1-84, que modifica o Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974. **Discussão adiada** em virtude da falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

1.4 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.5 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 218ª SESSÃO CONJUNTA, EM 21 DE AGOSTO DE 1984

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 10 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

2.2.2 — Questão de ordem

Levantada pelo Sr. Elquisson Soares e acolhida pela Presidência, relativa à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

2.3 — ENCERRAMENTO

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA**

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 3.000,00

Ano Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

Ata da 217ª Sessão Conjunta, em 21 de agosto de 1984**2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura****Presidência do Sr. Almir Pinto****ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES**

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS**Acre**

José Mello — PMDB; Nasser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolpho Bittencourt — PMDB.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio

Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Rita Furtado — PDS

Pará

Antonio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edisson Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; João Rebelo — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS; Sarney Filho — PDS.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS

Pernambuco

Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Moura — PDS; Jostias Leite — PDS; Nilson Gibson — PDS; Osvaldo Lima Filho — PMDB; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB.

Alagoas

Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; Jose Thomaz Nonó — PDS; Renan Calheiros — PMDB

Sergipe

Adrialdo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Elquisson Soares — PMDB; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Vianna — PMDB; Jutahy Júnior — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Nyder Barbosa — PMDB; Stêlio Dias — PDS.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — PDS; Amaral Netto — PDS; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Dado Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Jacques D'Ornellas — PDT; José Eudes — PT; Márcio Braga —

PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aníbal Teixeira — PMDB; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Emílio Haddad — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; João Hercúlio — PMDB; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; Melo Freire — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Soares — PT; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Irma Passoni — PT; Marcondes Pereira — PMDB; Nelson do Carmo — PTB; Paulo Zarzur — PMDB; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Ibsen de Castro — PDS; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Dante de Oliveira — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Plínio Martins — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Hélio Duque — PMDB; Irineu Brzesinski — PMDB; Olivir Gabardo — PMDB; Oscar Alves — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Loures Bueno — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Dirceu Carneiro — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Floriceno Paixão — PDT; Ibsen Pinheiro — PMDB; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Paulo Mincaroni — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Geovani Borges — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 61 Srs. Senadores e 160 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado José Carlos Teixeira.

O SR. JOSÉ CARLOS TEIXEIRA (PMDB — SE. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, comemora-se hoje o 20º aniversário do BNH. Todos nós que tivemos a felicidade, àquela época, de votar, no Congresso Nacional, a lei que criou o BNH sentimos que algo mais deve ser feito neste instante em que se verifica o desvirtuamento das suas finalidades, pois hoje se procede de maneira inteiramente diferente. O BNH foi criado para atender às necessidades básicas do trabalhador no que se refere à aquisição da casa própria. No entanto, ao longo destas duas décadas, os sucessivos governos procuraram desviar seus recursos para outras finalidades que não aquela, o que faz com que, neste instante, ao se registrar o 20º aniversário de sua criação, todos nós nos preocupemos com esse angustiante problema.

Há meses, Sr. Presidente, no início da legislatura, tomei a iniciativa de apresentar a Emenda Constitucional nº 10, que asseguraria a todos, constitucionalmente, o acesso à casa própria, como ponto fundamental da nossa Carta Magna.

Por outro lado, Sr. Presidente, no meu Estado, Sergipe, realizou-se, no último fim de semana, o 41º Encontro Nacional da Indústria da Construção Civil, sob o patrocínio do Sindicato da Indústria da Construção Civil de Sergipe, da Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário e da Câmara Brasileira da Indústria da Construção.

Cabe, nesta oportunidade, solicitar a V. Sª que faça parte do meu pronunciamento o discurso que o Presidente do Sindicato da Construção Civil do Estado de Sergipe, Eng. Lênio Mendonça de Moraes, fez aos seus colegas na abertura daquele encontro, discurso esse que traduz o pensamento, as angústias e a preocupação dos dirigentes do mercado imobiliário e da construção civil de todo o Brasil.

Simultaneamente realizou-se, em Brasília, o Encontro Nacional das Associações dos Mutuários do Sistema Financeiro de Habitação, que permitiu se chegasse a conclusões que devem ser levadas em consideração pela Diretoria do BNH neste exato instante em que o aumento brutal da prestação da casa própria, pelo terceiro ano consecutivo, acima do poder aquisitivo de todos os assalariados, põe em risco a subsistência do Sistema Financeiro de Habitação e da própria instituição.

Dá por que, Sr. Presidente, também estas considerações apresentadas pela Associação dos Mutuários do Sistema Financeiro de Habitação, muito bem dirigida pelo ilustre conterrâneo, Dr. José Augusto Freire Sobral, vão integrar o meu pronunciamento, para que as autoridades ligadas à área possam examiná-las e chegar à conclusão de que é imprescindível uma solução, com urgência, da situação do BNH, que se torna cada vez mais insustentável — consequentemente, uma solução prioritária dentro das prioridades brasileiras.

DOCUMENTOS QUE SE REFERE O SR. JOSÉ CARLOS TEIXEIRA EM SEU DISCURSO

Companheiros da construção civil

Como porta-voz dos empresários da construção civil de Sergipe, quero transmitir aos nossos companheiros dos demais Estados, presentes ao Quadragésimo Primeiro Encontro Nacional da Indústria da Construção, a satisfação de tê-los aqui, ao nosso lado, participando deste

evento que hoje representa o **forum** maior para o debate dos problemas da construção civil.

O Quadragésimo Primeiro Encontro Nacional da Indústria da Construção se realiza sob circunstâncias especiais, não somente para a construção civil, mas para toda a sociedade brasileira. O nosso País vive hoje uma grande expectativa na área institucional e nós, empresários da construção civil, responsáveis por um setor prioritário para o equilíbrio social, não podemos nos furtar a dar a nossa contribuição em busca do caminho que toda a Nação aspira, que é a democracia política, econômica e social.

Não é segredo para ninguém que o País vem sendo administrado por uma política econômica que, longe de atender aos interesses do nosso povo, está voltada para encobrir erros cometidos no passado por avaliações imprudentes de tecnocratas desprovidos da menor sensibilidade social, e que hoje, ainda no poder, insistem no erro do mesmo modelo econômico que coloca em primeiro plano, não o bem-estar do nosso povo, mas a defesa de interesses externos, justificados por uma dívida de discutível legitimidade, pois só em serviços já teve pago, por muitas vezes, o seu principal, custando suor, lágrimas e milhares de vidas do nosso povo.

O Nordeste, sem dúvida alguma, tem sido a vítima maior deste modelo econômico. De cada dez crianças que nascem aqui nesta região, uma das mais pobres do mundo, quatro não chegam sequer aos cinco anos, e a maioria das que conseguem sobreviver, marcada pela fome, está constituindo uma verdadeira subraça humana, de nanicos atrofiados e de limitada capacidade mental.

Não podemos, nós empresários da construção civil e todos os homens com responsabilidades neste País, nos calar diante da existência de 40 milhões de pessoas que amanhecem diariamente sem ter o que comer, quando sabemos que o Brasil possui a maior potencialidade para a produção de alimentos em todo o mundo, particularmente o Nordeste, justamente a região onde a fome é companheira constante em quase todos os lares.

Da mesma forma não podemos acreditar numa política econômica que premia o capital especulativo que nada representa em termos de bens sociais, em detrimento do capital produtivo que gera empregos e o verdadeiro desenvolvimento sócio-econômico, representado por uma produção concreta de bens e não por números fantasmas, manipulados de forma a cobrir um déficit público cuja responsabilidade nunca foi nossa.

Ninguém tem o direito de permanecer omissos diante de um modelo econômico que pune a nossa própria gente e que, embora se diga capitalista, está levando o empresariado nacional ao caminho da falência e destruindo o nosso maior patrimônio, que é a vida das nossas crianças, nossa esperança maior na construção de uma nova sociedade, mais justa e humana.

Sem dúvida alguma, a construção civil tem sido um dos setores mais atingidos, ou talvez o mais atingido, pelos lastimáveis erros da política econômica oficial, embora paradoxalmente responda pela maior parcela ativa do mercado de trabalho.

Curiosamente, muito se tem imitado no Brasil, em termos econômicos, de modelos de outros países, particularmente dos Estados Unidos. Entretanto, os nossos copiadores de modelos econômicos, parecem que não estão atentos aos aspectos positivos dos modelos dos outros países, ou entendem apenas de números e nada conhecem de história econômica, pois do contrário teriam aprendido a lição dada pelos norte-americanos na depressão dos anos 30, que buscaram, justamente num maior impulso na construção civil, as soluções para vencer a crise econômica, recuperando o nível de empregos e consequentemente o equilíbrio social.

O que estamos assistindo no País é uma dificuldade cada vez maior para a construção civil, com uma com-

pleta falta de estímulo aos investimentos no setor, tanto na área imobiliária como no setor de obras públicas, em decorrência de uma recessão cujo efeito tem sido o desemprego para milhares de brasileiros.

Infelizmente, os nossos condutores da política econômica continuam investindo nos caminhos mais fáceis: o entusiasmo artificial, apesar do desastre representado pelo "milagre econômico," a grande bolha de sabão que inchou até explodir e sumir no ar, ou então no aviltamento do salário do trabalhador, como se fosse ele o culpado dessa desastrosa realidade porque vive o país e não a sua principal vítima.

A saída para os nossos males é apenas uma: a retomada imediata do desenvolvimento, com o fim da recessão econômica, que hoje está levando ao desespero os setores produtivos e a sociedade como um todo. Não podemos assistir passivamente a alternativa que nos tem sido apresentada, que em linhas gerais significa cavar o nosso próprio buraco e esperar que os tecnocratas nos cubram com a terra.

É bem verdade que nem os setores econômicos vão mal em meio ao marasmo que caracteriza a nossa economia. Recentemente todos os construtores do País assistiram estupefados a chamada "guerra do cimento," quando o cartel dos produtores de cimento, em decorrência de um desentendimento provocado pela disputa de mercado, deixou à mostra de todos o real valor do preço do produto.

O preço do cimento é aliás, uma prova da inconsistência dos valores morais em nosso País. Vejamos o exemplo de Sergipe. Em janeiro de 80, o saco do produto era vendido por 106 cruzeiros e 12 centavos, o que corresponda a 0,2175 ORTN. Hoje, o preço do produto foi elevado para 8 mil 159 cruzeiros ou seja, 0,6155 ORTN. O seu preço foi reajustado acima dos índices inflacionários.

Se levarmos em consideração os valores da ORTN e sua variação nos últimos quatro anos, o preço moral do cimento seria hoje de 2 mil 882 cruzeiros, aproximadamente, o mesmo que vigorou durante os dias do conflito entre os produtores. O que acontece é que a nossa estrutura de poder político-econômico, não está preocupada em moralizar a nossa economia, mas, ao que parece, a estimular certos comportamentos anti-sociais e, diante da nossa realidade, até mesmo anti-patrióticos. Ao permitir um reajuste para o cimento, nestas proporções, ocasionando um encarecimento de 10 por cento sobre o valor global da construção, nós empresários estamos forçados a reduzir nossas atividades também em 10 por cento e a consequência imediata é o aumento do desemprego no mesmo índice proporcional.

Nós aqui em Sergipe, onde o cartel do cimento é monopolizado por um só dos seus representantes, não vivemos de perto a experiência dos feitos da guerra do cimento, porque a falta de competidores desobrigou a indústria local a alterar a sua política de preços. Entretanto, os construtores sergipanos, particularmente, através do Sindicato da Indústria da Construção Civil, procuram se unir no sentido de pressionar a indústria de cimento local a também reduzir os seus preços, chegando a ameaçar comprar o produto em outros Estados, mas os seus dirigentes permaneceram insensíveis. Da mesma forma não contamos com a sensibilidade das autoridades da área econômica, para as quais enviamos correspondências reivindicando providências com relação a amoralidade visível existente em relação ao preço do cimento, que inclusive está em completo desacordo com a política recessiva assumida pelo nosso Governo, mas que só é recessiva para os setores não cartelizados da nossa economia, principalmente a pequena e média empresa.

Em parte, nós empresários somos co-responsáveis pelos males que atingem a nossa categoria. Recentemente o povo brasileiro deu a todos nós uma lição que infelizmente ainda capitalizada, ao sair às ruas, unidos e com

entusiasmo defendendo a bandeira das eleições diretas. Embora o objetivo principal não tenha sido alcançado, é indiscutível que a partir dessa união e mobilização popular o Brasil começou a mudar, e hoje, pelo menos, raios de esperanças existem sobre todos nós.

A lição dada pelo trabalho humilde, pela dona-de-casa e pelos estudantes, que lotaram as praças públicas de Norte a Sul do País, tem que ser seguida por nós empresários, se não quisermos passar a história como omissos no momento em que o País mais necessitava da força de todos os seus filhos. Temos que nos unir e nos mobilizar conjuntamente para, como fez o povo brasileiro, mostrarmos a nossa força e obrigarmos a concretização de mudanças, transformando essa realidade adversa que aí está, num processo de desenvolvimento, igualdade e justiça econômica social.

O momento é exatamente agora. O País, infelizmente não pelo processo preferido pela Nação, se prepara para assistir a escolha de um novo Presidente da República, e nós, como cidadãos brasileiros e como responsáveis por um segmento de importância fundamental para o equilíbrio social, temos a obrigação de manifestarmos e procurarmos influir na escolha.

O que devemos fazer é externar livremente o nosso posicionamento, já manifestado anteriormente, em particular no 41º Encontro Nacional da Indústria da Construção, realizada em Brasília, na defesa de um governo de conciliação nacional, com respaldo popular, que tenha compromissos assumidos com toda a sociedade Brasileira.

Queremos um Presidente que assuma a responsabilidade pela nossa dívida externa e que tenha, com o respaldo dado por todo o povo brasileiro, condições de negociar moralmente a nossa dívida externa, dentro de parâmetros dignos, que não representem a fome para o nosso povo e o comprometimento da nossa soberania. Um Presidente comprometido em solucionar os graves problemas sociais do País e evitar o aniquilamento da nossa economia.

Fazemos parte de um seguimento que acredita firmemente na democracia como solução ideal para todos os conflitos, mas uma democracia ampla, sem adjetivos de terceira categoria e que não esteja limitada apenas ao setor político, mas também que promova a democratização social, com escolas, médicos, casas e empregos para todos, sem o que estaremos correndo e sério risco da convulsão social, a principal inimiga das verdadeiras instituições democrática.

Essa verdadeira democracia somente poderá ser alcançada com um governo que tenha a frente um homem, não apenas competente, mas sério e ecarado com seriedade por toda a Nação, porque a tarefa primordial que lhe espera é unir o País em torno do ideal da construção de uma nova sociedade, e sem o respeito e admiração de todos nós essa tarefa torna-se impossível de ser cumprida.

Acreditamos firmemente que a sociedade brasileira e em particular o empresariado da Construção Civil, saberá corresponder ao momento de expectativa que vive o País, contribuindo de forma decisiva para a escolha da melhor opção que se apresenta no momento em torno da formação de um governo de conciliação nacional, sem caminhos duvidosos e que nos conduza para a verdadeira democracia, reconduzindo o nosso País ao crescimento econômico, único caminho viável, para se vencer a crise.

Quero neste momento agradecer sinceramente ao esforço que vem sendo empreendido em Sergipe pelo Governador João Alves Filho, homem da construção civil, e por isso mesmo identificado com os seus problemas. O Governador vem lutando no sentido de apoiar o setor, por reconhecer a sua importância no equilíbrio social, mantendo o nível do mercado de trabalho.

Queremos também agradecer ao decisivo apoio que nos foi dado pelo Governo do Estado, BANESE, ENSETUR e Confederação Nacional da Indústria, na realização deste encontro.

Companheiros da construção civil, sentimos honrados em tê-los conosco e esperamos que se sintam, aqui em Sergipe, como se estivessem verdadeiramente em suas casas.

Muito obrigado.

(DISCURSO PRONUNCIADO PELO PRESIDENTE DO SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO ESTADO DE SERGIPE, ENGº LÊNIO MENDONÇA DE MORAES, QUANDO DA ABERTURA DO 41º ENCONTRO NACIONAL DA CONSTRUÇÃO, REALIZADO EM ARACAJU ENTRE 11 E 14 DO CORRENTE MÊS DE AGOSTO)

ASSOCIAÇÃO DOS MUTUÁRIOS DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO — "MUTUA"

São Paulo, 11 de junho de 1984

Senhor Presidente:

O momentoso assunto: "Mutuários do BNH" — constituído num dos grandes e cruciantes problemas que atualmente afeta o País, vem se agravando de uma maneira preocupante, prevendo-se para julho próximo um dos maiores impactos até agora ocorridos ao longo da angustiante caminhada — dos adquirentes da casa própria.

Esta Entidade, concentrando toda essa justificada preocupação, em nenhum momento sequer deixou de alertar as autoridades governamentais sobre os resultados negativos das medidas impostas a essa sofrida classe pelos órgãos habitacionais. Procuramos, sempre em tempo hábil, sensibilizar os responsáveis pela política habitacional. Algumas — das nossas sugestões foram acolhidas, não porém, de molde a solucionar de vez o grave problema, o que somente seria possível se implantadas *in totum* e concomitantemente.

Dos quatro milhões e meio de mutuários esparsos pelo Brasil afora, contra este Estado com perto de hum milhão e meio — parcela substancial do complexo base do progresso do País, o que agora, diante da perda inevitável do imóvel que abriga a sua família, estão combatidos física e psicologicamente, com a consequente redução da sua produtividade. E isso exatamente quando a Nação mais necessita redobrar a produção para se libertar dos seus compromissos externos.

Pois bem, Senhor Presidente. Estamos novamente à sua presença, agora fortalecidos por outras entidades congêneres que subscrevem este memorial e que levadas igualmente pelo imbalável propósito de encontrarem uma fórmula conciliadora dos interesses dos mutuários e do Sistema Financeiro da Habitação, cerraram fileiras em torno da nobre e patriótica causa, que é, afinal, uma causa eminente brasileira.

As medidas consubstanciadas no Decreto Lei 2.065 e Resolução 04/84-BNH. Além do caráter paliativo, não trouxeram a solução do assunto, provocando, ao contrário, grandes dúvidas e confusões, tumultuando ainda mais o Sistema Financeiro da Habitação, que se já não tinha nenhum sentido social, passou a ser um nefasto veículo de especulação e lucro extorsivo.

O que os mutuários desejam e solicitam agora, é a manutenção, em todos os seus termos do contrato celebrado antes do advento das legislações supracitadas, notadamente no que respeita ao Plano de Equivalência — Sa-

larial (PES), aditando-lhe cláusulas garantindo o atendimento das seguintes reivindicações:

1. Moratória de vinte e quatro meses para os desempregados e para os mutuários que estão sendo acionados para retomada do imóvel;

2. fixar, em 1984/1985 a elevação da prestação, em 70% (setenta por cento) do INPC, como medida emergencial, até que se encontre a solução definitiva do problema, isto, sem alterar o contrato;

3. considerar a situação dos funcionários públicos, já que o reajuste salarial dessa imensa classe se distancia muito das variações do salário mínimo;

4. permissão para os funcionários públicos utilizarem o PASEP para amortização das prestações da casa própria, a exemplo do que já ocorre com os mutuários regidos pela CLT;

5. considerar, igualmente, a condição dos aposentados, atendendo-se para o fato de que quando passam para a inatividade sofrem sensível redução em seu rendimento;

6. abolir do Sistema Financeiro da Habitação a participação dos estabelecimentos de crédito privados, concedendo privacidade somente aos órgãos estatais, — ou seja, Caixas Econômicas e Bancos Oficiais para atuarem como Agentes Financeiros;

7. A partir de 1984, fixar o índice de correção anual das prestações de molde a não exceder o percentual do reajuste salarial de cada mutuário, limitado sempre o valor da prestação corrigida a 20% (vinte por cento) de sua renda bruta no último exercício financeiro;

8. Realização de estudos objetivando buscar outras fontes de recursos tendentes a financiar a construção — de moradias destinadas às classes menos favorecidas, recursos esses a “fundo perdido”;

8.A — Podendo, como exemplo, criar um tributo específico incidindo sobre a correção monetária usufruída pelos investidores no mercado especulativo de capitais, já que, no momento essa transação não é tributável, excluindo aqueles com investimento até o limite de 2.00 UPC, firmando-se, assim, um critério de alto sentido social;

8.B — utilizar parte do recolhimento compulsório correspondente a 65% (sessenta e cinco por cento) dos depósitos em conta corrente, em estabelecimento bancário a custo zero, feito pelo Banco Central, revertendo a um Fundo Habitacional, possibilitando destarte, a redução do valor das prestações e Acrescentar a construção de moradias;

9. desvincular o Sistema Financeiro da Habitação da correção monetária plena, estabelecendo-se um patamar cujo índice de comprometimento da renda do mutuário não ultrapassa a 20% (vinte por cento);

10. reformulação do Sistema Financeiro da Habitação, criando-se, para isso, um grupo de trabalho do qual participem representantes das entidades de classe vinculadas a área habitacional sediadas em todos os Estados da Federação;

11. abatimento, para fins do Imposto de Renda, da totalidade dos juros pagos aos agentes financeiros do BNH;

12. participação de mutuários, através das entidades de classe, no Conselho Administrativo do BNH;

13. ampliar o prazo de utilização do Fundo Fiel de 6 para 24 meses, pelos mutuários desempregados, permitindo o uso desse mesmo Fundo para regularização de prestações em atraso;

14. permissão do uso do FGTS para regularização das prestações em atraso;

15. concessão de facilidades para os mutuários que desejarem liquidar a dívida, inclusive abatimento no saldo devedor;

16. extensão do benefício da restituição prevista no Decreto-lei nº 1.358/74, aos financiamentos superiores a 2.000 UPC

17. revogação dos artigos 29 a 41 do Decreto-lei 70/68, que permitiu a execução administrativa, modificando, também, o artigo 1º da Lei 5.741/71;

18. criação de subsídios diretos aos mutuários, assim — como a liberação de dotações orçamentárias adicionais para o BNH;

19. destinação do lucro imobiliário para reforço dos recursos empregados na construção de moradias;

20. revogação do Decreto-lei 2.065/83, para restabelecimento do poder aquisitivo dos brasileiros, cujos salários estão bem aquém da realidade nacional, acusando acentuada defasagem, circunstância que impede o pagamento das prestações;

21. Proibir a notificação ao Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) dos mutuários inadimplentes

Na certeza de que Vossa Excelência, em seu superior descortino, determinará aos órgãos competentes os estudos necessários para adoção das sugestões e reivindicações apresentadas pelas Entidades abaixo relacionadas, renovamos a Vossa Excelência os protestos da mais alta consideração. — **José Augusto Freire Sobral**, Presidente. — Associação dos Mutuários do Sistema Financeiro da Habitação Campinas e região mutcamp — Associação dos Mutuários do Sistema Financeiro da Habitação de São José dos Campos e Vale do Paraíba — Mútua S.J.C. — Associação dos Mutuários do Sistema Financeiro da Habitação de Salto — Mutsalto — Comissão dos Mutuários de Araçatuba e Região — Associação de Moradores Arco-Iris e Verde Vale Sorocaba — Associação dos Mutuários de Guarulhos.

Excelentíssimo Senhor

General João Baptista de Oliveira Figueiredo

DD. Presidente da República Federativa do Brasil

Palácio do Planalto

Brasília — DF

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Antes de dar a palavra ao orador seguinte, pediria aos nobres Colegas que não ultrapassem cinco minutos, porque há uma alentada agenda de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Gerson Peres. (Ausente)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Assis Canuto.

O SR. ASSIS CANUTO (PDS — RO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, causa-nos angustiante preocupação o descaso e a falta de consideração que vem dispensando o Governador Jorge Teixeira, do Estado de Rondônia, à classe dos professores.

Temos recebido constantes denúncias do professorado de Rondônia, mormente daquele das cidades do interior, quanto ao atraso do pagamento de seus salários. Na semana passada, foram os professores da cidade de Ariquemes que, em sinal de protesto contra essas medidas discricionárias, permaneceram em greve durante três dias, até que o problema de seus pagamentos fosse solucionado, prejudicando mais de vinte mil estudantes. Nessa semana, são os professores do Município de Ji-Paraná — cerca de mil — que entraram em greve, em virtude do atraso dos seus pagamentos.

Parece-nos que essa falta de consideração do Governador Jorge Teixeira tem um destino e um objetivo certos. Colocando os recursos destinados ao pagamento dos professores na agência do Banco Estadual de Rondônia — BERON — protela-se a sua liberação, a fim de que possam ser aplicados também no mercado financeiro para abtenção de rendimentos, em prejuízo dos professores, criando-se, para estes, uma situação precária, em função dos compromissos assumidos.

Portanto, queremos registrar, desta tribuna, o nosso apelo e o nosso repúdio à atitude antidemocrática do Governador do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao Deputado Del Bosco Amaral.

O SR. DEL BOSCO AMARAL (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, espero não ter lido corretamente o que está nos jornais. Acho que a Liderança do meu Partido e dos demais Partidos de oposição vão-se manifestar hoje a respeito da atitude insólita do Sr. João Baptista 34gueiredo, que parece que vai lotear o País nesta época eleitoral, tirando dos que estão contra e dando aos que estão a favor, sem qualquer critério administrativo.

Diria aos colegas de Congresso ligados ao candidato Maluf que assinem a lista habilitando-se aos despojos, porque parece que vamos ter, a nível nacional, uma verdadeira **delenda Carthago**, e é preciso que alguns aproveitem os restos da batalha. Sugeriria aos seguidores do Sr. Paulo Maluf que abrissem um livro de inscrições para prioridades a respeito dos que querem cargos. Há muita gente nesta República, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que tem emprego; muitos recebem, mas não trabalham. Recebendo e não trabalhando, o Sr. Paulo Maluf pode, com isto, logicamente, atender a mais alguns de seus seguidores. O Sr. Presidente da República esqueceu-se de uma coisa: a honra dos homens da Frente Liberal, que está em jogo. Esta Frente é uma forma de redemocratização. Esperar que alguém vá voltar atrás, porque vai perder os empregos que tem indicado aos seus correligionários, em suas regiões, por que não os perder agora, se vão ter por quatro anos o poder? É claro que o Sr. Tancredo Neves jamais vai aceitar seis anos de Governo.

Faço um apelo aos colegas que estejam em condições — logicamente, os não-concordantes com os Srs. Congressistas ligados ao Sr. Paulo Maluf — que não deixem para os tecnocratas, os intermediários, o espólio que vai resultar desta ameaça do Sr. João Baptista de Figueiredo.

E é desta forma, Sr. Presidente, que repudiamos a atitude do Sr. Presidente da República, que parece não querer mais entrar na História; quer sair mal da História. O Sr. Presidente da República, ontem, acabou de liquidar o que restava da dignidade de seu governo. Lamento profundamente, porque sei que S. Ex^a foi parcialmente responsável — e até em grande parte — pela abertura política que temos. Colaborou em alguns dispositivos para que o País não mais tivesse a violência, a tortura e alguns outros quesitos que envergonhavam a Nação.

Agora, parece que o Sr. João Baptista Figueiredo entrou numa degringolada total. Deixo aqui meu conselho aos companheiros que estão apoiando o Sr. Paulo Salim Maluf — que se habilitem imediatamente, por escrito, para poderem realmente receber os despojos deste ato ditatorial do Sr. Presidente Figueiredo.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jacques D'Onellas.

O SR. JACQUES D'ORNELLAS (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, queremos registrar a carta-denúncia em 3 de agosto próximo passado, na qual o Dr. Luiz Victor de Fortuna Carneiro, Diretor do Hospital Municipal Lourenço Jorge, nos informa a respeito do plano que a Secretaria Municipal de Saúde tem para a construção do Hospital da Barra da Tijuca.

“Baseia-se o plano no projeto elaborado em 1979, em que é prevista uma Unidade Integrada com 70 leitos, acopladas com uma parte para imunização, isto é, para vacinação.

O projeto como está não satisfaz as exigências da comunidade e muito menos aqueles de baixo poder aquisitivo, que são os que mais procuram os serviços hospitalares.

A localização escolhida é na Avenida Alvorada, entre os supermercados Makro e Carrefour.

É precisamente com referência à localização, que é questionado pelas associações de moradores, nas reuniões realizadas com o grupo Executivo Local — “GEL”.

Justificamos nossos posicionamentos achado que o local indicado para construir o hospital novo o fará uma unidade elitista e quase que exclusivamente para a população de alto poder aquisitivo, como as de Nova Ipanema, Novo Leblon, Riviera de Fiori e outros condomínios, em detrimento das populações mais carentes, como as da Cidade de Deus, Rio das Pedras, Gardênia Azul, Margem do Rio Anil, Terreirão, Chico City e certas áreas de Jacarepaguá.

Considerando sob ponto de vista de número de habitantes e segundo dados do IBGE, no último censo, Jacarepaguá possui o triplo da população da Barra, Recreio e São Conrado.

A verba para a construção do Hospital é do FAS da Caixa Econômica. Os contratos com a Caixa Econômica são feitos através da Subsecretaria de Saúde, Assessoria de Planejamento.

Em reunião realizada no dia 11 de junho próximo passado, onde o assunto hospital novo foi exaustivamente discutido pelo Exm^o Sr. Secretário de Saúde, Dr. Eduardo Costa, pelo Coordenador de Saúde da Região Metropolitana, por vários presidentes de associações de moradores, pela Representante da FAMERJ e por moradores, chegou-se às seguintes conclusões:

1 — Reestudo do projeto, pois não satisfaz a comunidade, com referência a sua localização;

2 — utilização da verba nas diversas unidades na área em que há carência de material e de área física, dando melhores condições para o atendimento médico das populações carentes;

3 — utilizar todas as capacidades ociosas das Unidades de Saúde da região, reaparelhando-as.

Anteriormente, já houvera uma reunião em Jacarepaguá para tratar do assunto hospital novo, com a comunidade do bairro e várias associações de moradores, estando presentes membros da Secretaria Municipal de Saúde.

Os representantes da Secretaria Municipal de Saúde colocaram a questão da construção do hospital novo nos seguintes termos:

1 — não haverá resultado do projeto;

2 — é irreversível;

3 — As obras deverão iniciar em 1985.

Tendo em vista as afirmativas acima, a comunidade protestou.

Paralelamente ao assunto hospital novo, a Secretaria Municipal de Saúde acha que, logo que o mesmo inicie a funcionar, o único hospital da Barra, o Hospital Municipal Lourenço Jorge, será fechado.

As comunidades, as associações de moradores, os moradores, as associações comercial e industrial não aceitam o fechamento do único hospital da Barra, mesmo quando do início de funcionamento do novo hospital. O que é preciso é ampliá-lo e reaparelhá-lo para ser utilizado todo o seu potencial.

Além da Secretaria Municipal de Saúde, há interesses dos Condomínios, Clínicas Particulares, imobiliárias, grileiros e outros, não só na construção do novo hospital como no fechamento do Hospital Municipal Lourenço Jorge”.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, estamos remetendo ao Exm^o Sr. Governador Leonel Brizola o texto de nosso pronunciamento, na expectativa de que os interesses maior das populações carentes de Jacarepaguá sejam atendidos pela localização do novo hospital próximo de suas residências, por motivos óbvios.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LICY (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Presidente João Figueiredo, abertamente, declinou de sua posição de Presidente dos brasileiros. Ao afirmar que, “a partir de hoje, quem não estiver comigo, está contra mim”, e ao anunciar o uso da máquina governamental só em favor dos que apoiarem o candidato do PDS, o Presidente Figueiredo mostra toda a sua atitude de rancor e de discriminação contra mais de 80% dos brasileiros que repudiam e rejeitam a candidatura do Deputado Paulo Salim Maluf. Esta candidatura hoje representa a desesperança dos piores métodos de mau uso dos recursos públicos para o favorecimento de grupos econômicos encastelados no poder.

O Senador Moacyr Dalla, Presidente do Senado, tem hoje a responsabilidade de decidir se está com a Nação, respondendo ao anseio da maioria dos brasileiros que querem ver apreciada pelo Congresso a emenda das eleições diretas, ou se fica apenas com o Grupo Maluf, com o grupo daqueles que hoje dão as costas ao povo brasileiro.

O Senador Moacyr Dalla precisa decidir se praticará ato de amor para com os brasileiros, ou ato simplesmente de egoísmo pessoal; se fica apenas com aqueles que querem permanecer com a máquina do poder a todo custo; se fica com aqueles que, como Presidente João Figueiredo, estão dando o mau exemplo e que tentam perpetuar-se no poder, surdos às vozes de todos os brasileiros que hoje clamam para que este País venha ter a democracia, para que este País venha novamente a dar ao povo esperanças de poder viver em instituições que dignifiquem o homem e a mulher brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é alarmante o registro que se faz na imprensa de todo o País à respeito de documento recentemente elaborado pelo Ministério do Planejamento, datado de julho de 84, contendo uma dissecação, uma análise, uma radiografia da questão de tarifas dos produtos de importação no Brasil, os acordos com o Fundo Monetário Internacional e, como resultante disso, a liberação das importações.

As propostas, as cartas de intenção que o Brasil redigiu e assinou perante o Fundo Monetário Internacional já tinham embutidas na sua origem essa disposição, esse quase compromisso, esse condicionamento de que o Brasil, mais cedo ou mais tarde, haveria de afrouxar, de abrandar, internamente, os obstáculos tarifários à penetração de produtos estrangeiros.

O que é de alarmar, Sr. Presidente, é que nesse documento da SEPLAN se registra a intenção de reduzir as tarifas aos produtos importados de 78% para pouco mais de 50%, numa primeira instância, e, posteriormente, chegar ao nível de 45%. Evidentemente, essas medidas estão no bojo de um processo total de liberação das importações, uma tentativa de internacionalização do mercado brasileiro, prática econômica adotada pelo governo militar argentino com base nas concepções monetaristas, na visão esdrúxula e canhestra do Ministro da Economia argentina, Martínez de Hoz. O resultado dramático para

a economia argentina foi gerar-se ao nível de sua indústria um estado de absoluta obsolescência produtiva, com a liquidação de inúmeras empresas. Como resultado dessa política deletéria e antinacional, a indústria argentina atingiu elevadíssimo grau de ociosidade, e os níveis de desemprego mostraram-se realmente dramáticos. A liberação das importações, na Argentina, levou a capacidade produtiva interna a uma situação calamitosa: trabalhadores ficaram sem emprego, foram fechadas inúmeras fábricas, como de tratores, de máquinas e de implementos. Enfim, essa política acabou levando a Argentina de volta à condição de produtor de bens primários, como se esse país tivesse de retomar, na divisão do trabalho internacional, o seu papel de exportador de produtos agrícolas e importador de bens manufaturados, de bens industriais.

É esta política que se pretende, talvez, implantar no Brasil, reeditando aqui uma situação que já se produziu no Chile e na Argentina.

Por isso, Sr. Presidente, é preciso deixar aqui esta denúncia. Este documento da SEPLAN, datado de julho de 1984, pode representar uma internacionalização no mercado brasileiro e a reprodução da calamidade econômica que se abateu sobre o país irmão, a Argentina, nestes anos recentes.

É preciso dizer que este tipo de política significa também a perda absoluta das reservas monetárias que à custa de imenso sacrifício do povo brasileiro foram acumuladas nestes anos.

É preciso dizer também que tudo quanto ocorreu neste País foi em função da absoluta submissão, do absoluto constrangimento moral e político a que este Governo se submete, em favor dos interesses externos em nosso País.

Fica aqui o registro, a denúncia.

Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Adail Vettorazzo.

O SR. ADAIL VETTORAZZO (PDS — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, volto a falar, por oportuno, a respeito da saída de Tancredo Neves do Governo de Minas Gerais.

As notícias anteriores à despedida de Tancredo eram otimistas. Comentava-se que de 30 a 50 mil pessoas, pelo menos, iriam à praça pública, às ruas de Belo Horizonte para prestar sua derradeira homenagem àquele que se afastava do Governo de Minas Gerais.

Mas Sr. Presidente, lamentavelmente para o Sr. Tancredo Neves, a dura realidade é que, apesar das bandas de música, apesar do “chopp” servido em profusão e gratuitamente, apesar de tudo isso, apenas 5 a 7 mil pessoas compareceram à festa tancredista. E nada melhor, Sr. Presidente, do que servir-me, como testemunho de minhas palavras, do jornal — que evidentemente não defende a nossa posição a **Folha de S. Paulo** da última quinta-feira, que publica que apenas 7 mil pessoas foram à fria festa de Tancredo, em Minas. Consta ainda na reportagem que o locutor, inflamado, dizia, em determinado instante, ao início da solenidade de despedida de Tancredo: “vai começar o primeiro comício indireto da História da República”. E pediu uma explosão de entusiasmo. Estouram palmas, mas não há explosão alguma de entusiasmo, como não houve durante os setenta minutos seguintes, tempo de duração do comício, pois os sete mil mineiros que foram à praça comportaram-se passivamente, quase friamente.

Despedia-se, assim, aquele que saía do Governo de Minas para disputar as eleições indiretas depois de pregar as diretas, aquele que foi e é o candidato ambivalente, que dança de acordo com a música, com a música das diretas-já ou das indiretas a qualquer tempo.

Pois bem, um discurso, que foi, realmente uma página de literatura — um discurso literário — é comentado pelo jornal. o do Sr. José Sarney, e merece, Sr. Presidente, que dos Anais desta Casa constem alguns de seus trechos, e por isso vamos lê-lo. Sarney, convocado a falar, faz a sua primeira apresentação como orador em atos da Aliança Democrática. Anunciado, além dos seus títulos, como acadêmico, Sarney justifica a invocação e diz:

Tivemos a coragem de atravessar o rio, estamos aqui para lutar, abandonando os palácios para sair aos barracões e calçar as sandálias da poeira das estradas."

Como é fácil dizer inverdades em praça pública! Todos nós sabemos que Sarney saiu do PDS apenas porque não conseguiu ser o Vice de Paulo Maluf. Inventou as prévias eleitorais e, não conseguindo ser candidato, já que nós optamos por Flávio Márcilio, S. Ex^a abandonou o partido e trocou o seu PDS, de que era Presidente, pela Vice-Presidência na chapa de Tancredo Neves.

Mas, Sr. Presidente, existem ainda alguns registros a fazer, porque também Aureliano Chaves foi à solenidade e, após algumas palavras iniciais, rendeu homenagem à viúva de Kubitschck, sem mencionar, em um só momento, que Juscelino fora cassado pela Revolução de que ele fora um dos sustentáculos até ontem. (Muito bem!)

Essa é, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, a chapa do PMDB, do ex-PP e do ex-PDS à Presidência da República, uma chapa que a Convenção do PMDB engoliu, que os convencionais peemedebistas, sem o direito de opção, tiveram de aceitar. E o fizeram, a bem da verdade, não tão passivamente, já que 111 ou 123 não votaram em Sarney, e mais de 137 não compareceram. Isso quer dizer que, dentro do PMDB, mais de um terço dos convencionais rejeitou a chapa Tancredo-Sarney. Daqui para a frente, Sr. Presidente, o que vamos ter será exatamente a debandada das fileiras tancredistas. Daqui para frente, no instante em que o Presidente Figueiredo assumir o comando da sucessão presidencial, veremos, Sr. Presidente, a debandada tancredista dos políticos, porque o povo já o abandonou. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Na forma do art. 31, a primeira meia-hora da sessão será destinada aos oradores inscritos, que poderão usar da palavra pelo prazo de cinco minutos, improrrogáveis.

Então, como ainda existe Líder para falar, concedo a palavra à Deputada Irma Passoni, como Líder do PT.

A SR. IRMA PASSONI (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, as declarações do Presidente da República, sobre o apoio do Estado à candidatura Maluf, são das mais graves. Mostra que o Estado passou formalmente ao serviço de um candidato, de um indivíduo repudiado pelo conjunto da Nação.

Isso não constitui surpresa, mas não deixa de ser estarecedor. O Presidente desceu da condição de Chefe de Estado para se transformar em cabo eleitoral de uma das figuras mais sombrias da História deste País.

O Planalto assume, então, a responsabilidade de impingir à Nação um Garcia Meza árabe-brasileiro. Quer dizer, o Planalto aposta na instabilidade, quer megulhar a Nação no caos, entregar o leme do Estado a um grupo de malfetores odiado pelo conjunto da Nação.

Resta lamentar que o presidente tenha assumido tal atitude, mas é preciso reafirmar que a Nação ainda não foi derrotada, ela ainda dispõe de energias que podem e devem ser despertadas.

Impõe-se, então, a retomada da luta pelas eleições diretas. Nesse campo o Sr. Maluf não dispõe de nenhuma chance, pois é repudiado por tantos quantos desejam o bem deste País.

E isto para nós é tão evidente, é tão claro que, à medida em que o Sr. Presidente Figueiredo assume a defesa do Sr. Paulo Salim Maluf, ele tem, em consequência, o repúdio da Nação.

Portanto, S. Ex^a diz: "A partir de hoje, quem não estiver comigo estará contra mim", e realmente tem a Nação contra ele, porque esse repúdio a Maluf diretamente se transfere, é evidente, à posição do Sr. Presidente Figueiredo.

Assim sendo, não lhe resta mais nada senão ser o único defensor de Maluf e ter a Nação contra ele. Então, nessa prática, deveria S. Ex^a renunciar à Presidência da República, porque não representa a vontade da Nação brasileira.

Queremos deixar aqui registrado, portanto, o desafio: ou o Presidente da República assume a direção do País, ainda pelo pouco tempo que lhe resta, ou não assumida essa indignidade de ser partidário do fruto do regime militar, que é justamente o Sr. Paulo Salim Maluf. Não há quem não o repudie. Estive presente, nesta semana, a centenas de entrevistas com pessoas do povo, em São Paulo, e não há quem não nos diga que jamais deveríamos aprovar um Sr. Paulo Salim Maluf como representante desta Nação ou eleito pelo Colégio Eleitoral.

Aqui está o nosso desafio como Nação: não há possibilidade de conciliação do País, a não ser pelas eleições diretas imediatamente, porque não existe quem possa responder pelo Brasil, a não ser um Presidente eleito pela vontade popular, no desafio das urnas, nas eleições diretas. E para isto, mais uma vez, registramos, como centenas de Deputados já reivindicaram nesta Casa, a urgência de vir a este plenário de imediato a votação da Emenda Theodoro Mendes, porque esta é a única possibilidade, hoje, de uma conciliação nacional, em que o povo reacenderia sua autoconfiança na reconstrução deste País, pois explode por aí afora, como hoje, por exemplo, em São Paulo, a revolta de mil desempregados acampados no SINE, um órgão federal. Por quê? Porque não lhes é dada nenhuma resposta em nível de Nação quanto às mínimas condições de sobrevivência. Como pode um cidadão desempregado há dois, três anos sobreviver sem a mínima ajuda de custo ou de um salário-desemprego? Como pode sobreviver sem a mínima ajuda para transporte e alimentação? Estes desempregados revelam à Pátria, ao Presidente João Figueiredo, ao Sr. Paulo Maluf, o que houve nesta Nação nestes últimos vinte anos. O desespero do País, portanto, agora também reflete diretamente o sistema que este Governo criou, ao fazer de nós uma nação de desempregados, de deserdados, e sem nenhuma esperança.

Portanto, é muito séria a situação nacional, é muito grave quando o povo brasileiro fala pelo estômago, pela fome ou pelo desespero.

Não há como crescer no ambiente em que atualmente vivemos.

Portanto, deixamos registrado — repito — que não há como conciliar, não há como dar uma esperança a esta Nação, a cento e vinte milhões de brasileiros, a não ser que eles participem diretamente das decisões nacionais, da autoconstrução, da mudança do Regime, do Sistema de Governo, e, agora, a única forma viável para isso são as eleições diretas para Presidente ainda em 1984.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra, como Líder do PMDB, ao nobre Deputado Hélio Duque.

O SR. HÉLIO DUQUE (PMDB — PR. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, este é um País fantástico e fascinante, não apenas na sua dimensão continental. A nós, políticos, é dado viver, nestas últimas semanas, uma realidade conflituosa, que, queira Deus, nos encaminhe todos para a consolidação

de um verdadeiro Estado de Direito, fundamentado na liberdade, no desenvolvimento e na justiça social.

Antes esta trágica realidade, Sr. Presidente, é que estamos hoje a ver e a ler, no registro da imprensa, a caracterização muito objetiva de dois Brasis sob o espectro de suas lideranças partidárias.

O desejo de todos nós, qualquer que seja a legenda que nos abrigue nesta ou na outra Casa, é construir, neste País, sob o ponto de vista político, instituições sólidas, fundamentadas na responsabilidade e, mais do que isso, no respeito democrático aos próprios ocupantes da estrutura do poder.

Mas hoje, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, vemos caracterizado o retrato de um Brasil moderno, de um Brasil em que, indiscutivelmente, ao longo desses últimos 20 anos, há a destacar pontos positivos como também pontos extremamente negativos. E esta Casa, não apenas nesta, mas também em outras legislaturas, testemunhou a nossa maneira de pensar. O Brasil sofreu, nos últimos 20 anos, uma modernização que a ninguém de bom senso é dado o direito de negar. Não é à-toa que somos a oitava estrutura econômica do mundo ocidental. Mas a perversão, a impunidade, a expectativa de criação de um mercado interno, de uma política efetiva de redistribuição da renda nacional, tudo isso são aspectos negativos que levam de roldão os poucos pontos positivos, como estes que destacamos aqui.

O Brasil moderno, o Brasil contemporâneo deseja que, politicamente, também se modernizem as instituições através de uma nova estrutura. É o conflito latente com o Brasil semifeudal, o Brasil do coronelato, o Brasil do atraso, o Brasil da miséria, o Brasil dos samurais políticos, o Brasil dos *shoguns* políticos. E é, certamente, um *shogun* político destes tempos modernos o Presidente do Partido Democrático Social, o nobre e respeitável Deputado Augusto Franco, que hoje se expressa.

Não queremos entrar no mérito de como o PDS, o Governo, deve administrar as coisas públicas deste País, mas é preciso reconhecer que é extremamente grave um partido e um governo não terem força para punir, na dimensão da exigência da sociedade brasileira, aqueles que se locupletaram dos dinheiros públicos, aqueles que, envolvidos em dezenas e dezenas de escândalos, continuam no exercício do poder.

Antes que entremos numa polêmica estéril e emocional, portanto irracional, Sr. Presidente, eu nominaria um processo que fiz dar entrada na 6ª Vara Federal de Brasília, uma Ação Popular, em relação ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo, ao Banco Central, a uma Central de Cooperativas do Rio Grande do Sul. E até o presente instante o Juiz, Dr. Dario Abranches Viotti, vem tendo enorme dificuldades para localizar muitos dos réus nela apontados.

O Governo poderia começar, por exemplo, com a demissão de muitos desses que se locupletaram apenas num escândalo, de que a Nação não tem conhecimento, porque, infelizmente, há certo divórcio no que diz respeito aos próprios meios de comunicação. E ultimamente se destaca o escândalo da Coroa-Brastel, de 520 bilhões de cruzeiros.

Mas estou aqui para testemunhar que essa Ação Popular, que tramita desde abril deste ano, aponta mais um escândalo de um trilhão e 100 bilhões de cruzeiros. Gostaria que o nobre e respeitável Deputado Augusto Franco, do Estado de Sergipe, tivesse também prestígio e emprestasse a sua voz no sentido de afastar dos cargos públicos esses brasileiros que cumpriram um papel tão denegridor, de deslealdade, em relação ao próprio Governo João Figueiredo. Por isso mesmo, Sr. Presidente, aqui estamos a lamentar, a lastimar.

E fique claro que nós, das oposições, temos um batismo de quase duas décadas. Eu, por exemplo, já exerci,

mais de um mandato, nesta Casa, e nunca penetrei nos escaninhos, na estrutura de um Ministério. Aliás, a primeira e única vez em que estive numa ante-sala foi há cerca de 30 dias, no Ministério do Interior, quando alguns recursos referentes a saneamento básico eram destinados ao Governo do Estado do Paraná. Por isso mesmo, não estou aqui a defender a manutenção de ninguém. Acho que a lealdade em relação ao poder, como a lealdade em relação a tudo, é um ponto fundamental de que não se pode, absolutamente, abrir mão.

No Brasil de hoje, Sr. Presidente, é preciso que se entenda que o Estado não é mais propriedade, na ilegitimidade da origem, de quem dele se apossou há cerca de 20 anos.

Vejo aqui, no plenário do Congresso Nacional, o ex-Ministro, ex-Governador, o respeitável Vice-Líder para Assuntos Econômicos do Partido Democrático Social no Senado da República, Senador Virgílio Távora. E ainda ontem assisti, pela televisão, ao programa "Crítica e Autocrítica", em que S. Ex^{as} os Senadores Virgílio Távora, Roberto Campos, Affonso Camargo e Fernando Henrique Cardoso porfiavam e debatiam dentro de um fundamento de respeito, dentro de um fundamento ético. E eu extraía de uma afirmação do Senador Roberto Campos, assim como de algumas de suas formulações econômicas, feitas não apenas da Tribuna desta Casa, mas através de livros que também tem editado — não agora, mas há mais de 15 anos — uma profunda discordância. Mas a discordância deve ser trazida a nível de civilidade. E é isto que esta Casa precisa reaprender, a manter um bom nível de convivência política. Ouvi, nesse programa "Crítica e Autocrítica", o Senador Roberto Campos destacar que o grande mal neste País foi o projeto do Presidente Castello Branco que possibilitava a eleição de um civil para a Presidência da República, não haver sido consolidado, ao que S. Ex^a aduzia comentários ácidos e diria até extremamente sarcástico, vindos da altura da inteligência desse brasileiro demonstrando que a continuidade do ciclo militar veio a caracterizar uma realidade que hoje brota neste País como um quadro uno e indivisível: quem quer manter, isto que está aí e quem quer mudar isto que está aí.

Dentro desta realidade, é importante que se coloque que os partidos brasileiros, praticamente sem exceção, vivem hoje uma realidade de autênticas e verdadeiras frentes. Não temos, hoje, um só partido político que tenha um perfil próprio, um perfil ideológico, um perfil fundamentado em definições claras dos aspectos sociais, políticos e econômicos. E, neste instante, forma-se neste País uma grande aliança destinada a modificar o *status quo*. Talvez a reação, ontem, do nobre Presidente do PDS, quando saiu do Palácio do Planalto, tenha decorrido do fato de que, à tarde, a Aliança ou a Frente Liberal e a imprensa hoje divulga já contava com 108 componentes, o que caracteriza, por si só, que a própria estrutura do Colégio Eleitoral que se reunirá — ou não — no dia 15 de janeiro, no Plenário deste Congresso Nacional, está totalmente definida em torno da eleição daquele que vai representar essas aspirações dentro de um grande acordo nacional, de efetiva conciliação brasileira, retirando o País, após vinte anos, do autoritarismo pleno para uma transição dramática que possibilite uma reestruturação global, sob o ponto de vista jurídico-institucional, a partir de 1986, com uma Assembleia Nacional Constituinte, que é o nome do honrado ex-Governador de Minas Gerais, Dr. Tancredo Neves.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, nós, a partir do instante em que nosso partido, em que nosso grupo político, pela majoritária vontade da sociedade paranaense chegou ao poder, não compartilhamos do conceito de que aos amigos, tudo; aos inimigos ou adversários, nada mais do que o rigor da lei.

Longe de mim estar aqui a traçar rumos ou caminhos para as Lideranças do Partido Democrático Social — só que a emocionalidade dos afastamentos sumários caracteriza também o fato de se colocar o Estado a reboque da candidatura do Deputado que foi sagrado vencedor na Convenção do PDS.

O que queremos, neste pronunciamento, em nome da Liderança do nosso partido, Sr. Presidente, é exatamente pedir — mais do que pedir, dizer que a sociedade brasileira, após tanto tempo de desprestígio para com esta Casa e para com a classe política, que nominou a presença deste Poder e da classe política apenas como um centro de homologação das vontades do autoritarismo — que neste instante não pratique aquele nível de injustiça que foi característico de um período muito duradouro neste País, na sucessão da excepcionalidade dos seus Atos Institucionais.

Não negamos a S. Ex^a, o Presidente da República, o direito de ter ou não ter na sua equipe de Governo quem considere leal ou desleal. Não entramos nesse mérito. O que queremos destacar é que S. Ex^a, o Sr. Presidente da República, não pode colocar a estrutura do Estado nacional brasileiro a serviço de candidaturas políticas. Se estamos fazendo este alerta, queremos fazê-lo agora como uma constatação do que será a estratégia da Oposição. Aqui estaremos, neste Plenário; estaremos em outros cantos deste País, inclusive nas praças públicas, se necessário for, para denunciar à sociedade brasileira, quem, após vinte anos de autoritarismo, não sabe distinguir o que é propriedade da Nação — portanto, do povo — e aquilo que é ou que deveria ser propriedade de grupos que, chegando ao poder — insisto, ilegitimamente — há vinte anos, querem a continuidade desse lamentável estado de coisas.

Com relação ao Sr. Presidente do PDS, certamente um homem público da maior dimensão, nosso colega, ex-Governador do seu Estado, ex-Senador da República, eu gostaria apenas de deixar destacado que, a partir do seu próprio Estado, o Governador que ele diz ter eleito já está integrado ou está para integrar-se, na Frente Liberal, seu filho, que é Senador, segundo o jogo em que funciona a oligarquia: de pai para filho, como aquele vinho do Rio Grande do Sul, "De pai para filho desde 1910"...

O Sr. Roberto Cardoso Alves — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HÉLIO DUQUE — Com muita satisfação.

O Sr. Roberto Cardoso Alves — Quero comunicar a V. Ex^a que o Ministro Camilo Penna pediu demissão.

O SR. HÉLIO DUQUE — O Deputado Roberto Cardoso Alves, na parte final de meu pronunciamento, traz uma informação que caracterizo assim: junto do Dr. Camilo Penna, em debate numa CPI — o Deputado Roberto Cardoso Alves era Relator, mas, naquele instante, se encontrava ausente do País, e eu operava como Relator — eu dizia a S. Ex^a que ele me lembrava uma figura jesuítica. Eu, que no albor da minha juventude — tive a satisfação de ser aluno de colégios jesuítas, vi sempre na figura de Camilo Penna um homem destituído de outras ambições senão aquela de servir ao seu País. Infelizmente, no jogo de poder, o seu Ministério, sobretudo a partir do instante em que o Sr. Delfim Netto assumiu, com plenos poderes, a orientação da política econômica, passou a ser um órgão subsidiário, em que as determinações econômicas básicas emergiam fundamentalmente da SEPLAN. O conceito que tenho deste brasileiro é o de ser ele um homem de uma pureza tal que para mim sempre se assemelha até fisicamente à figura de um jesuíta.

Concluo, Sr. Presidente, para dizer que S. Ex^a o Sr. Governador do Estado de Sergipe deveria correr rapidamente às suas bases, antes de determinar o que se deve fazer, a nível nacional, para tentar impedir que o Governador João Alves abandone o grei do PDS. Hoje, ao

meio dia, o ex-Senador e ex-Governador Tancredo Neves estará participando de um almoço na Confederação Nacional da Indústria no Rio de Janeiro, cujo Presidente é exatamente o Senador por Sergipe, que é filho do Sr. Presidente do PDS. S. Ex^a deve saber, porque ausculta os setores empresariais deste País, que a posição da Confederação Nacional das Indústrias, hoje em mais de 80%, é de exigência de mudanças estruturais deste País, é de exigências de um novo tempo brasileiro e, por isso mesmo, é de exigência da consagração do nome de Tancredo Neves como futuro Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — A Presidência comunica que, não tendo sido apreciados no prazo estabelecido no § 1º do art. 55 da Constituição os Projetos de Decreto Legislativo nºs 31, 32 e 33, de 1984-CN, referentes, respectivamente, aos Decretos-leis nºs 2.102, 2.103 e 2.101, de 1983, e a Mensagem nº 50, de 1984-CN, referente ao Decreto-lei nº 2.100, de 1983, serão incluídos em ordem do dia, em regime de urgência, em 10 sessões subsequentes, em dias sucessivos, a partir de hoje, conforme determina o citado dispositivo constitucional, *in fine*.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 1984-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 48, de 1984-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 2.104, de 4 de janeiro de 1984, que reajusta os valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Ofícios Judiciais da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Em discussão o projeto (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

O Sr. Walmor de Luca — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. WALMOR DE LUCA — V. Ex^a há de convir conosco em que assunto desta natureza, como o que estamos a querer votar hoje, colocado na Ordem do Dia das deliberações do Congresso Nacional, pode ter a sua importância, mas seguramente a Nação toda está a cobrar do Sr. Presidente do Congresso Nacional, o Senador Moacyr Dalla, que coloque na Ordem do Dia das deliberações deste Congresso assunto mais importante do que este. Há toda uma Nação clamando para que a Emenda Theodoro Mendes seja efetivamente aqui apreciada, de acordo com as disposições constitucionais e com as disposições do Regimento Interno do Congresso Nacional. S. Ex^a, o Sr. Senador Moacyr Dalla, talvez atendendo a reclamos de forças ocultas, direcionadas do Palácio do Planalto, ou mesmo a serviço de candidaturas à Presidência da República, se negue a atender àquilo que a consciência nacional exige.

Sr. Presidente, em nome da obediência sobretudo dos dispositivos regimentais da Casa, que estão a exigir a inscrição, na Ordem do Dia, da Emenda Theodoro Mendes, pedimos a V. Ex^a que cumpra o Regimento Interno do Congresso Nacional e não coloque em deliberação assunto algum, exatamente porque não há *quorum* para deliberar.

Acatando, inclusive, as disposições do art. 29, § 1º, solicitado a V. Ex^a que dê por encerrada a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Devo dizer-lhe que V. Ex^a apenas antecipou a deliberação da Mesa, que

já tinha verificado a falta de número suficiente para a votação. Já estava escrito aqui: "A votação não se fará por falta de número para a deliberação em ambas as Casas."

O SR. WALMOR DE LUCA — Não há **quorum** sequer para continuar a sessão, Sr. Presidente. Sequer 1/6

dos Srs. Parlamentares do Senado da República estão presentes.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Antes de encerrar a sessão, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às dezenove horas, neste plenário, desti-

nada à discussão dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 36 e 37, de 1984-CN, referentes, respectivamente aos Decretos-Leis nºs 2.107 e 2.108, de 1984.

Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 12 horas e 5 minutos.*)

Ata da 218ª Sessão Conjunta, em 21 de agosto de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Marcelo Miranda

ÀS 21 HORAS E 20 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevair Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alércio Dias — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nossier Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolpho Bittencourt — PMDB.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; João Rebelo — PDS; José Ribamar Machado — PDS.

Piauí

Celso Barros — PDS; Heráclito Fortes — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB.

Alagoas

Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Elquisson Soares — PMDB; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Vianna — PMDB; Jutahy Júnior — PDS; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Nyder Barbosa — PMDB; Stélio Dias — PDS.

Rio de Janeiro

Aginaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Amaral Netto — PDS; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Daso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Franciso Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Jacques D'Ornellas — PDT; José Eudes — PT; Márcio Braga — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Emílio Haddad — PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; João Hercúlio — PMDB; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; Melo Freire — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Soares — PT; Aurélio Peres — PMDB; Cardoso Alves — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Irma Passoni — PT; Márcio Santilli — PMDB; Nelson do Carmo — PTB; Paulo Zazur — PMDB; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ruy Codo — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Dilson Fanchin — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Irineu Brzesinski — PMDB; José Tavares — PMDB; Olivir Gabardo — PMDB; Oscar Alves — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Loures Bueno — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; João Gilber-

to — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Nelson Marchezan — PDS; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Geovani Borges — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — As listas de presença acusam o comparecimento de 61 Srs. Senadores e 252 Srs. Deputados

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão (Pausa)

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 10 horas e 30 minutos, neste plenário, desti-

nada à leitura da Mensagem nº 73, de 1984-CN, referente ao Projeto de Lei nº 8, de 1984-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir à Presidência da República, em favor do Hospital das Forças Armadas, o crédito especial de Cr\$ 112.000.000,00 (cento e doze milhões de cruzeiros), para o fim que especifica.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado Elquisson Soares.

O SR. ELQUISSON SOARES (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, de acordo com o Art. 29 do Regimento Comum, sendo notória a falta de **quorum**, pediria a V. Exª que encerrasse a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — É evidente a falta de **quorum**.

Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 21 horas e 23 minutos.*)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do.

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF
CEP 70.160

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 78

Está circulando o nº 78 da *Revista de Informação Legislativa*, periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa, editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Este número, com 464 páginas, é dedicado ao estudo do *Voto Distrital*, contendo os seguintes artigos:

COLABORAÇÃO

Voto distrital e poder econômico — Senador *Tarso Dutra*

Inadequação e inoportunidade do voto distrital — *Josaphat Marinho*

Ontem e hoje — o voto distrital no Brasil — *Rosah Rusomano*

O voto distrital e suas implicações jurídico-políticas — *A. Machado Pauperio*

A representação política e o sistema distrital misto — *Manoel Gonçalves Ferreira Filho*

Voto distrital depoimento — *Manoel de Oliveira Franco Sobrinho*

O voto distrital e a reabertura — *Paulo Bonavides*

Teoria e prática do voto distrital — *José Alfredo de Oliveira Baracho*

Eleições e sistemas eleitorais — *Nelson de Sousa Sampaio*

Sistemas eleitorais — *Hermann M. Gorgen*

Simulações de divisões distritais dos Estados brasileiros para as eleições federais de 1978 — *David V. Fleischer e Sérgio de Otero Ribeiro*

DOCUMENTAÇÃO

Voto distrital — *Sara Ramos de Figueirêdo*

Preço do exemplar: Cr\$ 1.000,00

Assinatura para 1984 — Cr\$ 8.000,00
(nºs 81 a 84)

Encomendas mediante vale postal ou cheque visado (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal).

Subsecretaria de Edições Técnicas
SENADO FEDERAL
Brasília, DF — CEP 70.160

SEGURANÇA NACIONAL

(2ª edição — 1982)

Lei nº 6.620, de 17-12-78

Índice temático. Tramitação legislativa

- Legislação vigente (Lei nº 6.620/78) comparada, artigo por artigo, à legislação anterior (Decretos-Leis nºs 314/67 e 510/69 e Lei nº 1.802/53).
- Notas a cada dispositivo: legislação correlata, comentários de juristas e da imprensa, elaboração legislativa.
- Textos constitucionais e legislação ordinária (de 1824 a 1982).

368 páginas

Preço: Cr\$ 800,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas

Senado Federal

22º andar — Brasília—DF

Encomendas mediante vale postal ou cheque visado
(a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal) ou pelo REEMBOLSO POSTAL.

VOTO DISTRITAL

O nº 78 da *Revista de Informação Legislativa*, com 464 páginas, é dedicado ao estudo do voto distrital, contendo os seguintes artigos:

COLABORAÇÃO

Voto distrital e poder econômico — Senador *Tarso Dutra*

Inadequação e inoportunidade do voto distrital — *Josaphat Marinho*

Ontem e hoje — o voto distrital no Brasil — *Rosah Rus-somano*

O voto distrital e suas implicações jurídico-políticas — *A. Machado Pauperio*

A representação política e o sistema distrital misto — *Manoel Gonçalves Ferreira Filho*

Voto distrital depoimento — *Manoel de Oliveira Franco Sobrinho*

O voto distrital e a reabertura — *Paulo Bonavides*

Teoria e prática do voto distrital — *José Alfredo de Oliveira Baracho*

Eleições e sistemas eleitorais — *Nelson de Sousa Sampaio*

Sistemas eleitorais — *Hermann M. Görgen*

Simulações de divisões distritais dos Estados brasileiros para as eleições federais de 1978 — *David V. Fleischer e Sérgio de Otero Ribeiro*

DOCUMENTAÇÃO

Voto distrital — *Sara Ramos de Figueirêdo*

Preço do exemplar: Cr\$ 1.000,00

Assinatura para 1983 — Cr\$ 4.000,00 (nºs 77 a 80)

**Encomendas mediante vale postal ou cheque visado (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal).
Atende-se, também, pelo reembolso postal.**

Subsecretaria de Edições Técnicas
SENADO FEDERAL
Brasília, DF — CEP: 70160

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

(4ª edição — 1982)

Leis e Instruções que regularão as eleições de 1982

Textos atualizados, consolidados, anotados e indexados:

- Código Eleitoral
- Lei Orgânica dos Partidos Políticos
- Lei das Inelegibilidades
- Lei de Transporte e Alimentação
- Lei das Sublegendas

Legislação alteradora e correlata.

Instruções do Tribunal Superior Eleitoral.

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas
— Senado Federal (22º andar do Anexo I) —
Brasília, DF — CEP 70160, ou mediante vale postal
ou cheque visado pagável em Brasília (a favor da
Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal).
Atende-se, também, pelo reembolso postal.

Preço: Cr\$ 1.000,00

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTA EXEMPLAR: Cr\$ 50,00